

**COMISSÃO DE ESPECIAL PARA O PLANO NACIONAL  
EDUCAÇÃO**

**REQUERIMENTO Nº DE 2025**

**(Da Sra. Carol Dartora)**

Requer a realização de Audiência Pública para discutir educação para as relações étnico raciais e o combate às desigualdades e formas de inclusão dos temas no PNE.

Senhoras/es Coordenadores,

Com base nos arts. 24, inciso III e 255, do RICD, requero a Vossas Excelências a realização de Audiência Pública para discutir a educação para as relações étnico raciais e o combate as desigualdades.

Para a realização da audiência, sugerimos sejam convidadas/os as/os seguintes entidades/órgãos/movimentos sociais/Associações, por meio de seus representantes legais:

1. Ministério da Educação - MEC;
2. Ministério de Igualdade Racial – MIR;
3. Núcleo de Estudos Afro Brasileiro do Instituto Federal do Paraná -NEABI IFPR
4. Associação Brasileira de Pesquisadores (as) Negros (as) - ABPN Representante do Paraná
5. Associação Nacional de História -ANPUH;
6. Associação Brasileira de Ensino de História - ABEH;
7. Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em educação;
8. APP Sindicato das (os) Professoras(es) e Funcionárias(os) de Escola do Paraná;



9. Sindicato dos Servidores do Magistério Municipal de Curitiba -SISMMAC;
10. Consórcio Nacional de Núcleos de Estudos Afro-brasileiros-CONNEABS ;

### **JUSTIFICAÇÃO**

A realização desta audiência pública se justifica pela urgente necessidade de se aprofundar o debate sobre a implementação de políticas educacionais voltadas para a promoção da equidade racial e o enfrentamento das desigualdades historicamente construídas no Brasil.

A Lei nº 10.639/2003, que alterou a LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), tornou obrigatório o ensino da História e Cultura Afro-Brasileira e Africana nas escolas de ensino fundamental e médio. Essa legislação representa um avanço significativo na valorização da diversidade étnico-racial e no combate ao racismo estrutural, mas sua aplicação plena ainda encontra diversas barreiras, como a ausência de formação adequada de professores, carência de material didático específico e resistência institucional.

Os espaços de ensino são locais privilegiados de formação de valores e de construção da cidadania. Promover uma educação antirracista é fundamental para o desenvolvimento de uma sociedade democrática, plural e inclusiva. No entanto, persistem desigualdades de acesso, permanência e aproveitamento escolar entre estudantes negros e não negros, além da sub-



\* C D 2 5 3 9 8 4 8 6 4 6 0 \*



representação de profissionais negros em cargos de gestão e docência.

Este debate é essencial para fortalecer ações que promovam o respeito à diversidade, a valorização das identidades negras e indígenas, e a superação de práticas discriminatórias no ambiente escolar. A audiência pública buscará reunir especialistas, gestores públicos, professores, estudantes e representantes da sociedade civil para identificar desafios, compartilhar boas práticas e propor medidas concretas que ampliem a efetividade das políticas de educação para as relações étnico-raciais.

Assim, propõe-se este espaço de diálogo como etapa estratégica na construção de uma educação comprometida com a justiça social e os direitos humanos para que avancemos em soluções concretas e reais para a efetivação de educação antirracista.

Sala das Sessões, 08 de maio de 2025.

**Carol Dartora**  
**Deputada Federal PT/PR**

